

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2014. (Dos Senhores Edson Santos e Vanderlei Siraque)

Requer a realização de audiência pública, juntamente com a Comissão do Esporte, acerca das obras e gestão do Estádio Magalhães Pinto – Mineirão, em Belo Horizonte/MG, em face das irregularidades apontadas pela Auditoria Técnica do Tribunal de Contas do Estado de Minas, da ação do Ministério Público Federal, da ação do Ministério Público de Minas e de denúncias contra a empresa Minas Arena, que reformou e gerencia o referido estádio, como participante da PPP em parceria com o Estado de Minas Gerais.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário, a realização de audiência pública, juntamente com a Comissão do Esporte, para debater acerca das obras e da gestão do Mineirão (Estádio Gov. Magalhães Pinto), em face das irregularidades

apontadas pela Auditoria Técnica do Tribunal de Contas de Minas Gerais, da Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Federal, da ação proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais e de denúncias contra a empresa Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A., que reformou e gerencia o referido estádio, como participante da PPP formada em parceria com o Estado de Minas Gerais.

Para tanto, requeremos que sejam convidados os seguintes participantes:

- O Exmo. Sr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República;
- o Exmo. Sr. João Medeiros Silva, Promotor do Ministério Público de Minas Gerais;
- Representante do Bloco Parlamentar Minas Sem Censura, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- o Exmo. Sr. Fabrício Sampaio, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais.

JUSTIFICATIVA

Durante as obras de reforma dos estádios Mineirão (Estádio Governador Magalhães Pinto) e Independência, em Belo Horizonte, foram várias as irregularidades denunciadas nas licitações e na execução das obras, conforme Auditoria Técnica do Tribunal de Contas do Estado de Minas, Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Federal junto à Justiça Federal em

MG e ação proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais, entre outras.

A PPP (Parceria Público-Privada) estabelecida entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a empresa Minas Arena transformou-se, segundo denúncias, em uma ação entre amigos, pois no contrato o Governo dá à empresa garantia de lucros. A consequência foi que, segundo o jornal “O Tempo” de Belo Horizonte, só no ano de 2013, o Governo de Minas repassou à Minas Arena R\$ 44.400.000,00 (quarenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), ou seja, o equivalente a R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) por mês. E há, ainda, notícia de “contratos sigilosos” firmados entre a Minas Arena e o Governo de Minas.

A Assembleia Legislativa de Minas vem tentando instalar uma CPI para investigar e esclarecer as denúncias, faltando apenas a assinatura de um parlamentar, para que seja alcançado o número regimental exigido. Os motivos que levam à necessidade de instauração da CPI do Mineirão são diversos. Além do que já foi apontado acima, estranha-se o fato de já existir no Estado um órgão público, a Administradora de Estádios - ADEMG, responsável por promover obras de manutenção, ampliação, reforma, recuperação e melhoramentos dos estádios sob sua administração.

Mas há uma grande dificuldade para a instalação de CPIs em Minas, em razão das pressões sofridas pelos parlamentares, promovidas pelo Governo do Estado. As possibilidades de fiscalização dos órgãos públicos em Minas Gerais, por parte da Assembleia e da sociedade, são cada dia mais difíceis. Recente pesquisa realizada no estado mostra que durante os últimos

governos tucanos mineiros conseguiu-se instalar menos CPIs na Assembleia Legislativa do que durante a Ditadura Militar. Nunca se conseguiu instalar CPI para investigar os governos de Aécio Neves (PSDB) e Antônio Anastasia (PSDB), em razão destas pressões.

As obras do Mineirão tiveram financiamento de R\$ 400 milhões por parte do BNDES, cabendo a esta Casa fiscalizar e garantir o bom uso destes recursos.

Assim, consideramos fundamental que se ouçam as pessoas acima citadas, para o total esclarecimento dos fatos aqui narrados.

Sala das Comissões,

.

Deputado Edson Santos.
(PT/RJ)

Deputado Vanderlei Siraque.
(PT/SP)